



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1000561-36.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **OSVALDO RODRIGUES DE OLIVEIRA**
 Requerido: **BV FINANCEIRA S/A - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter celebrado contrato de financiamento com a ré, quitando regularmente as prestações a seu cargo.

Alegou ainda que quando foi pagar a prestação vencida em dezembro/2014 a casa lotérica em que isso aconteceu digitou o valor da mesma equivocadamente (R\$ 546,99 em vez de R\$ 564,99), o que não percebeu no momento.

Salientou que posteriormente foi cobrado pela ré e pagou o boleto complementar que recebeu, mas mesmo assim ela continuou dirigindo cobranças, culminando por inscrevê-lo perante órgãos de proteção ao crédito.

Já a ré em contestação reconheceu o equívoco de sua parte.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

A conjugação desses elementos basta para estabelecer a certeza, de um lado, de que a inserção do autor perante órgãos de proteção ao crédito por parte da ré aconteceu (o que, aliás, está patenteado a fl. 49) e, de outro, que ela foi indevida.

Nada há nos autos que discrepe dessas conclusões.

O quadro delineado conduz ao acolhimento parcial da pretensão deduzida, porquanto a irregular negativação do autor basta, por si só, à configuração de dano moral passível de reparação, de acordo com pacífica jurisprudência:

“Consoante jurisprudência firmada nesta Corte, o dano moral decorre do próprio ato lesivo de inscrição indevida junto aos órgãos de proteção ao crédito, independentemente da prova objetiva do abalo à honra e à reputação sofrida pela autora, que permite, na hipótese, facilmente presumir, gerando direito ao ressarcimento” (REsp 679.166/MT, Rel. Min. **JORGE SCARTEZZINI**).

“Em se tratando de cobrança indevida, de rigor o reconhecimento de que a inscrição do nome do apelante no rol dos inadimplentes foi também indevida, daí decorrendo o dano moral por ele reclamado, passível de indenização. É entendimento pacífico do Colendo Superior Tribunal de Justiça que nos casos de protesto indevido de título ou inscrição irregular em cadastros de inadimplentes o dano moral configura-se in re ipsa, prescindindo de prova, ainda que a prejudicada seja pessoa jurídica” (AgRg no REsp 860.704/DF, Rel. Min. **PAULO DE TARSO SANSEVERINO**).

No mesmo sentido: REsp. 110.091-MG, Rel. Min. **ALDIR PASSARINHO JÚNIOR**; Resp. nº 196.824, Rel. **CÉSAR ASFOR ROCHA**; REsp. 323.356-SC, Rel. **ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO**).

O valor da indenização, todavia, não poderá ser o preconizado pelo autor, que se afigura excessivo.

Assim, à míngua de preceito normativo que discipline a matéria, mas atento à condição econômica das partes e ao grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como à necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado, **bem como especialmente ao curto espaço de tempo em que perdurou a negativação (entre 07/01/2015 e 13/01/2015 - fl. 49)**, arbitro a indenização devida ao autor em R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

Solução diversa aplica-se ao pleito para ressarcimento em dobro do valor cobrado do autor.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Isso porque a aplicação do art. 940 do Código Civil depende da demonstração da má-fé por parte do credor, na esteira de assente entendimento pretoriano.

Nesse sentido: STJ-1ªT, REsp nº 697.133, STJ-2ªT, REsp nº 595.706, RT 871/240.

Entretanto, não vislumbrando esse indispensável elemento subjetivo (reputo que a conduta da ré tenha efetivamente derivado de lapso, tanto que ela própria diligenciou a exclusão da negativação), tomo como inaplicável ao caso dos autos a regra em apreço.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar a ré a pagar ao autor a quantia de R\$ 4.000,00, acrescida de correção monetária, a partir desta data, e juros de mora, contados da citação.

Caso a ré não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 18 de junho de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**